

A PREVI é sua O voto é seu

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil: não é apenas no nome que a PREVI é dos funcionários do Banco do Brasil. Prova disso é que de 15 a 23 de maio os associados escolhem novos dirigentes para a Instituição. Serão eleitos os diretores de Planejamento e de Participações, além de dois conselheiros deliberativos e três fiscais, com os respectivos suplentes.

Esta edição especial traz os programas e currículos. Isso porque informação é fundamental para que você possa exercer bem seu direito. Quatro chapas estão na disputa. Inicialmente foram homologadas a Chapa 3 (Antes que Seja Tarde), Chapa 5 (Unidade em Defesa da PREVI e do BB) e a Chapa 7 (Força e Confiança). A Chapa 1 (PREVI Independente) solicitou autorização para substituição de candidatos e obteve, por decisão do Conselho Deliberativo da PREVI, ampliação do prazo para apresentação da nova documentação e para ter efetivada sua homologação. Os números das chapas foram atribuídos por sorteio, que contou com a presença de representantes de todas as chapas. Por razões operacionais do sistema do Banco do Brasil, foram utilizados os números alternados 1, 3, 5 e 7 na numeração das chapas.

A fim de facilitar a participação de todos, a PREVI manteve entendimentos com o Banco do Brasil para viabilizar a votação por telefone. Será empregada a Unidade de Resposta Audível (URA) do Banco. Para votar o participante poderá ligar para o número 0800-564004 e seguir as instruções. Além disso, todos os participantes também poderão votar pelos terminais de auto-atendimento, pelo Sisbb e nas agências do Banco de Brasil. O seu voto constrói a PREVI. Leia os programas e currículos e participe. Na PREVI quem decide é você.

Os programas e currículos divulgados neste Boletim são de exclusiva responsabilidade das Chapas

Guarim de Lorena



- | | | | |
|--|---|---|--|
| 2 | 4 | 6 | 8 |
| 
PREVI INDEPENDENTE
Chapa 1 | 
ANTES QUE SEJA TARDE
Chapa 3 | 
UNIDADE EM DEFESA DA PREVI E DO BB
Chapa 5 | 
FORÇA E CONFIANÇA
Chapa 7 |

Sorteio dos números das Chapas é realizado na PREVI

Keystone



ERICO CAVALCANTI FURTADO
Diretoria de Planejamento

Casado, 58 anos, administrador de empresas pelo CEUB - Centro de Ensino Unificado de Brasília, pós-graduação em Administração e Finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-COPEAD) e Elaboração e Análise de Projetos pelo IPEA/CENDEC e mestrado em Planejamento e Gestão Organizacional (FCAP-PE/IADE) Universidade Autónoma de Madrid. Funcionário aposentado do Banco do Brasil, trabalhou em diversas agências e na Direção Geral em Brasília (DF), tendo ocupado os cargos de gerente da Agência Centro-Recife - PE e de superintendente nos estados do Maranhão, Pernambuco e Alagoas. Fora do Banco, ocupou o cargo de presidente do BANDEPE - Banco do Estado de Pernambuco S.A. e de membro do Conselho de Administração da Nitrocarbono S.A. e PRONOR - Petroquímica S.A., como representante do Banco do Brasil.



RIVALDO MELO BARBOSA
Diretoria de Participações

Casado, 55 anos, aposentado, curso superior de economia incompleto, trabalhou em diversas agências do Banco, tendo ocupado nos últimos 10 anos os cargos de gerente da Agência Dantas Barreto e Centro-Recife, em Recife - PE; Centro-Salvador - BA e Central-Brasília (DF). Na Direção Geral exerceu diversos cargos comissionados, dentre eles o de coordenador de PCP do CESEC e foi instrutor do DESED. Fora do Banco, ocupou a Gerência Geral da BBTUR, e Diretor do Banco do Estado de Pernambuco S.A. - BANDEPE. Atualmente ocupa o cargo de Assessor Especial da Superintendência da SEBRAE.



OSWALDO GARCIA DE ARAUJO
Conselho Deliberativo - Titular

Casado, engenheiro civil (Universidade de Brasília) - UnB, pós-graduação em Análise de Projetos/IPEA/CENDEC, Adm. Financeira

pela UnB e CIPAD no Banco do Brasil. Ingressou no BB em 1964 e aposentou-se em 1997. No BB trabalhou na Inspeção Geral e na Consultoria Técnica da Presidência. Outras atividades: Presidente do Banco de Brasília-BRB, Secretário de Instrumentos Monetários e Fiscais do Ministério do Interior, Consultor Especial da Secretaria Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social, Titular do Conselho de Administração do BNB - Banco do Nordeste, da Comissão Consultiva Bancária-COBAN e da Comissão Consultiva de Mercado de Capitais - COMEC do Banco Central do Brasil, Pres. da ASBACE - Assoc. Bras. dos Bancos Comerciais Estaduais. Diretor da Real Corretora de Câmbio, Pres. da BRASIFA - Brasília Financeira S.A. e da ATI Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.



RICARDO ZANELA FERRAZ
Conselho Deliberativo - Titular

45 anos, mineiro de Itamarati de Minas - MG, casado, 04 filhos, atual gerente da Agência de Valença - RJ. Tomou posse no Banco em 28.01.75, tendo exercido as mais diversas funções comissionadas, destacando-se dentre elas as seguintes: gerente das Agências de Cristais - MG, Santo Antônio Amparo - MG, São Lourenço - MG, Volta Redonda - RJ; Superintendente Regional Interino da Superintendência Regional em Volta Redonda - RJ. Possui curso superior incompleto de Administração e treinamento nas áreas de Matemática Financeira Aplicada, Produtos do Banco, Análise Econômico Financeira, Economia Aplicada, Mercado Financeiro e de Capitais, Administração Estratégica do Crédito e de Gerência de Marketing. Ganador dos prêmios OUROCAP 1, 2 e 3 milhões.



JOSÉ ALVES PITA JUNIOR
Conselho Deliberativo - Suplente

Casado, 55 anos, atual gerente de divisão da Superintendência Estadual de Minas Gerais, curso superior em Economia, atualmente cursando pós-graduação em Gestão Empresarial. Ocupou diversos cargos comissionados no Banco, tais como: Gerente de Núcleo do CONOI em Belo Horizonte - MG; Gerente de Divisão do DEPAD/PRO-DU, na Direção Geral em Brasília - DF; Gerente de Divisão na UEN Distribuição em Brasília - DF e Gerente de Divisão na UF INFRA - na Direção Geral em Brasília - DF. Realizou diversos cursos de aperfeiçoamento profissional dentro e fora do Banco.



SIDNEY ANUAR ATTÍE
Conselho Deliberativo - Suplente

Técnico em Contabilidade, casado, tomou posse em 1963 na Agência Jataí - GO e trabalhou em Frutal - MG e na Direção Geral - Brasília (DF). Exerceu os mais variados cargos no Banco, destacando-se entre eles os seguintes: Chefe Adjunto da VIPER/ASPER; Chefe de Gabinete, Interino da Diretoria de Operações - DIOPE; Chefe Adjunto de Gabinete da DIBAN - Diretoria de Operações e Serviços Bancários; Diretor Administrativo e Presidente da BBTUR Viagens e Turismo Ltda. Possui diversos cursos e treinamentos dentro e fora do Banco, destacando-se os seguintes: Administração, Organização e Métodos; Análise de Sistemas, Planejamento e Formulação Estratégica. Participou de diversas Feiras e Congressos Nacionais e Internacionais como representante da BBTUR e do Governo Brasileiro. Participou da Comissão que implantou as Superintendências Regionais.



ISNARD KISNER KOSBY
Conselho Fiscal - Titular

Advogado pela UFRS, funcionário aposentado do Banco do Brasil, tomou posse em 15.09.57, na Agência de Rio Grande - RS. Desempenhou diversos cargos comissionados no Banco, entre os quais: chefe do SETOP, Secretário de Diretor, Assessor de Coordenação da Vice-Presidência e Auditor. Fora do Banco, ocupou o cargo de Presidente da COOPERFORTE - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Banco do Brasil e Sócio-Gerente da B&K Factoring, Consultoria e Assessoria Ltda.. Pós-Graduado em Administração de Negócios pelo IDEC, em São Paulo e diversos cursos e treinamentos no Banco do Brasil.



JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA JUNIOR
Conselho Fiscal - Titular

Nascido em 22/12/53, advogado, formado

pela AEUDF, aposentado, casado, dois filhos, tomou posse na Agência Itanhandu/MG, em 27/01/76, MBA em administração pelo UnB/FEPAD. No Banco do Brasil, onde trabalhou por 23 anos, exerceu as comissões de caixa-executivo, assistente de supervisão, assistente na direção geral, supervisor, gerente de núcleo de recuperação de crédito-NUREC, gerente de agência nas filiais: Tribunal de Justiça/DF, Universidade de Brasília-UnB/DF, Asa Sul 302/DF e Câmara dos Deputados - Anexo IV/DF. Foi selecionador do DESED na bolsa de gerentes.



IVO FOGAZZI BALESTRIN
Conselho Fiscal - Titular

Nascido em 21.11.1940, casado, graduado em Comunicação Social, com ênfase em Relações Públicas e Pós-graduado em Marketing pela PUC/RS. Consultor externo do SEBRAE e da AGAS. Professor Universitário de Relações Públicas durante 10 anos (FAMECOS - PUC/RS). Instrutor do DESED. Posse no Banco em outubro/66. Aposentou-se em novembro/92. Outras atividades exercidas: Presidente da Cooperativa dos Funcionários do BB, da AABB (Porto Alegre - RS) e do Conselho regional dos Profissionais de Relações Públicas da 4ª Região (RS/SC).



MARIA JOSÉ FAHEINA DE OLIVEIRA
Conselho Fiscal - Suplente

Gerente da Agência Praia de Iracema em Fortaleza - CE, tomou posse no Banco em 1973, tendo trabalhado nas seguintes agências: Russas, Fortaleza, Benfica, Mesjana, Limoeiro do Norte, tabuleiro do Norte, seis Bocas e Aracati, todas no Ceará. Desempenhou diversos cargos comissionados no Banco, dentre os quais: Caixa e Tesouraria, Gerência Média, Carteira Agrícola e Comercial e Gerência Geral. Participou de diversos cursos internos e estagiou na Superintendência do Ceará, na área de planejamento estratégico. Portadora de curso superior de Letras pela FUEC e professora universitária. MBA - Altos Executivos pela USP e especialização em Matemática Financeira, Organização e Métodos e Mercado Financeiro e de Capitais, Sistema Avançado para Gestão Empresarial.



HUMBERTO MOREIRA RIELLA DA FONSECA
Conselho Fiscal - Suplente

Aposentado, tomou posse em Itabuna - BA e exerceu todos os cargos comissionados da Agência, inclusive o de Gerente Geral. Durante os 36 anos que trabalhou no banco, exerceu as mais variadas funções, destacando-se dentre elas as seguintes: inspetor da CREGE; Representante na Comissão que elaborou o plano de criação da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira - CEPLAC; Diretor Interino da Diretoria de Recursos Humanos e Inspetor Geral. Realizou diversas Missões Especiais de Auditoria nas Agências da Europa, América do Norte e América do Sul. Fora do Banco ocupou os cargos de inspetor do Banco Central do Brasil - BACEN e Diretor e Secretário Geral da Liga Brasileira de Radioamadores - LABRE.



SAYDE JOSÉ MIGUEL
Conselho Fiscal - Suplente

Casado, aposentado, natural de Biguaçu - SC, ingressou no Banco em 1952. No Banco, exerceu os mais relevantes cargos, destacando-se dentre eles os seguintes: Presidente Interino, Diretor de Crédito Comercial e Industrial; Diretor de Crédito Geral; Diretor de Crédito Rural e Chefe do Setor de Operações da Presidência e Representante do Banco no Conselho de Administração da Transbrasil. Fora do Banco ocupou os cargos de Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina e Consultor da FAO junto à Organização das Cooperativas do Brasil. Foi representante do Brasil na ALIDE-Aliança Interamericana de Desenvolvimento. Possui curso de Mercado Futuro na Universidade de Itaka - USA e nas Bolsas de Mercadorias de Chicago e New York e estagiou no Japão para exame do Prodecer III - Projeto de Desenvolvimento do Cerrado Brasileiro.

Independente

Preocupados com os crescentes compromissos junto aos participantes, em descompasso com o balanço de despesas e de receitas correntes e com os atuais rendimentos auferidos com a totalidade do patrimônio da PREVI, o que levaram o atual Presidente da PREVI, Sr. Luiz Tarquínio Sardinha Ferro a anunciar no Jornal Folha de São Paulo, edição de 19.03.2000, que, dentro de no máximo 5 anos, a PREVI terá a necessidade de alienar ativos para saldar benefícios com aposentados e pensionistas, os componentes da Chapa **PREVI INDEPENDENTE** estão motivados e mobilizados para apresentar propostas concretas que visam, não apenas evitar perda patrimonial, mas também fortalecer a PREVI de modo a garantir sua perpetuidade e, se possível, acrescentar novos benefícios.

Nossas propostas levam em conta a tendência de que quedas nas receitas institucionais resultantes de maior redução da participação do patrocinador, dos PDVs (Plano de Demissão Voluntária), do crescimento do número de aposentadorias e de menor entrada de novos participantes, tanto devida à terceirização implementada pelo Banco do Brasil, o qual tem repositado o seu quadro funcional abaixo do registro de novas aposentadorias e de funcionários demitidos, quanto devida à baixa taxa de adesão dos novos funcionários diante da mudança de planos: Benefício Definido para Contribuição Definida. Tudo isso, agravará, ainda mais, os compromissos atuariais da PREVI.

1 - **A PREVI INDEPENDENTE** assume o compromisso com a melhoria de eficiência de gestão da PREVI através de: a) implantação de um processo decisório imune a pressões políticas de qualquer natureza, seja de governo, de entidades de classe ou de partidos políticos; b) revisão dos requisitos de pessoal fixo (qualificação por qualificação), técnico-administrativo; 2-) definição e divulgação ampla de: a) prioridades setoriais; b) tamanho mínimo de cada investimento unitário; c) sistema gerencial de cada empreendimento; d) divulgação do real desempenho de cada ativo. O boletim trimestral da PREVI não informa, entre outras variáveis importantes, a correção monetária histórica de cada ativo, o que prejudica a análise de investimentos.

A PREVI INDEPENDENTE pretende adotar nova política e sofisticado modelo de seleção e de análise de investimentos objetivando otimizar a combinação de: valorização, rentabilidade e liquidez de cada ativo e/ou de cada aplicação financeira de curto, médio e de longo prazo.

A PREVI dependerá, cada vez mais da rentabilidade de seus próprios ativos para atender os compromissos com seus participantes. Isto quer dizer que ela terá que se desfazer de ativos de baixa rentabilidade através de planos de desinvestimentos, que deverá definir e explicitar prioridades, tamanho mínimo de cada investimento e as formas de gestão indispensáveis nas novas participações e assim evitar pressões políticas, análises desnecessárias de projetos e perda de tempo. Deste modo, será possível, também, estabilizar o quadro permanente de funcionários da PREVI, modificar suas relações com intermediários financeiros e, conseqüentemente, reduzir custos administrativos.

A PREVI INDEPENDENTE procurará elevar a eficiência empresarial capaz de maximizar a rentabilidade dos ativos e, ao mesmo tempo, garantir níveis de eficácia na promoção do desenvolvimento para o país no atual estágio da economia brasileira, o que exigirá que a PREVI priorize investimentos: a) na infraestrutura de energia, de telecomunicações, de ferrovias, de rodovias, de saneamento básico, etc. (setores non-tradebles); b) no fortalecimento de fornecedores nacionais e no desenvolvimento da tecnologia no território nacional; c) na reestruturação industrial, no novo ciclo de substituição de importações e no estímulo às exportações; d) nas empresas brasileiras que podem se tornar grandes players (campeãs) no contexto da globalização (siderurgia, petroquímica, alimentação, etc.); e) no apoio às

pequenas e médias empresas emergentes capazes de otimizar a combinação de valorização, rentabilidade e liquidez dos investimentos; f) no aproveitamento de sinergias entre as empresas com participação da PREVI e que são importantes componentes de cadeias produtivas ou complexos inter-setoriais;

A PREVI INDEPENDENTE implantará negociações permanentes de parceria com outros fundos de pensão e, principalmente com o Banco do Brasil (Brasilprev, Brasilseg, Brasilcap, BB-BI, BB-Seguridade), de modo a elevar o poder de barganha em grandes investimentos. Cabe, neste sentido, sugerir a estruturação de uma empresa de participações em planejamento e estratégia empresariais.

A PREVI INDEPENDENTE é contra o modelo de privatização do governo que não garante investimento e resulta na crescente desnacionalização. Porém é a favor da participação da PREVI nas privatizações com duplo objetivo: aproveitar oportunidade de negócios e cumprir missões estratégicas para o País tais como, por exemplo a modernização e expansão da infra-estrutura, bem como a geração de economias externas necessárias a reestruturação industrial, o aproveitamento de potenciais agropecuários, o fortalecimento da empresa nacional e o controle da atuação de multinacionais.

A PREVI INDEPENDENTE, consciente de que a PREVI é o maior Banco de Investimento da América Latina e poderá ser um dos maiores do mundo, pretende elaborar e acompanhar cenários macroeconômicos nacionais consistentes para identificar tendências setoriais com a maior precisão possível, visando selecionar empresas e empreendimento que comporão a carteira de participação da PREVI e, assim orientar ativa atuação dos representantes indicados. **A PREVI INDEPENDENTE** adotará, para tanto, críticas rígidas de seleção dos nomes para os conselheiros das empresas em que a PREVI tenha direito a assentos em conselhos de administração e em conselhos fiscais.

O empreguismo, a complementação salarial, e o mais grave, o uso de representantes como núcleo de apoio a candidatos às eleições para cargos da própria PREVI, não podem ser, com certeza, critérios para a escolha. Pelo contrário, além da idoneidade, disponibilidade de tempo e a qualificação técnico-profissional, será absolutamente necessário que o candidato demonstre visão estratégica, e tenha conhecimentos do setor de finanças empresariais que são pré-requisitos fundamentais para o efetivo exercício das funções de acordo com a estratégia sob orientação da PREVI. Não basta ao representante participar de reuniões de conselhos fiscais e, principalmente, de Administração e emitir relatórios para a PREVI. É necessário o seu envolvimento efetivo no processo decisório. Isto exige, no mínimo, dedicação temporal e capacitação técnica para agir positivamente no desempenho da empresa.

A PREVI INDEPENDENTE pretende elaborar em 90 dias, minucioso diagnóstico de cada ativo da PREVI. As perspectivas de curto, médio e de longo prazo, no que tange à otimização e da ponderação da rentabilidade, da valorização e da liquidez de cada ativo, fornecerá seguros subsídios para a PREVI tomar as mais adequadas decisões quanto à aquisição, à manutenção, ou diminuição de sua participação, tanto em empresas de infraestrutura, quanto nos setores industriais, nas empresas de cibernética com elevado conteúdo técnico-científico, em atividades de entretenimento (esportes, lazer, turismo, parques temáticos) e outras atividades consideradas estratégicas e prioritárias para o desempenho da PREVI.

Essa é a estratégia lúcida e independente para evitarmos o comprometimento do nosso futuro e dos nossos dependentes com a possível e previsível decadência da PREVI, conforme afirmou o seu atual presidente ao Jornal Folha de S. Paulo, em matéria publicada em 19.03.2000.

NOSSAS PROPOSTAS

Atendimento ao associado

Dar dignidade ao associado, humanizando o atendimento através dos mais modernos meios de comunicação e da descentralização dos serviços, utilizando para isso as agências do Banco do Brasil situadas nas capitais e principais cidades do interior. Não é justo nem respeitoso que o funcionário aposentado ou da ativa seja discriminado pela empresa que tanto ajudou a construir e pela PREVI, simplesmente porque o associado é um dos seus donos. É nosso propósito negociar com a Patrocinadora convênio de prestação de serviço nesse sentido.

Administração profissional

Implantar na PREVI sistema de administração profissional do mais elevado gabarito, recrutando servidores experientes, idôneos, reconhecidamente capazes e testados dentro e fora do Banco no exercício das mais altas funções, a fim de compensar a prática usual e danosa adotada pela Patrocinadora de indicar como seus representantes para compor as vagas da diretoria executiva e do conselho deliberativo servidores sem experiência administrativa, indicando quase sempre pessoas que exercem ou exerceram cargos de assessoria. Os indicados pelo corpo social, invariavelmente têm sido escolhidos em função da militância que possuem em entidades sindicais, partidos políticos ou órgãos de classe.

Banco de talentos

Cadastrar os mais brilhantes associados da PREVI, da ativa e aposentados, bem como seus filhos e dependentes possuidores de curso de especialização ou treinados qualquer que seja a área para oferecer às empresas das quais a PREVI participa, a oportunidade de ter em seus quadros mão-de-obra altamente qualificada envolvida diretamente com o sucesso da empresa. Nas futuras parcerias, a PREVI incluirá como exigência para participar do capital de empresas em formação ou associação com empresas já existentes, o exame dos currículos existentes em seu banco de dados para avaliação e contratação dos que vierem a ser selecionados.

Política de investimentos

Analisar ativo por ativo da PREVI e identificar os investimentos que devem ser alienados ou fortalecidos. Selecionar as oportunidades de investimento, priorizando a aplicação de recursos para os setores da economia que assegurem melhor rentabilidade e retorno garantido no curto, médio e longo prazo. A eficiência empresarial e o desenvolvimento do país serão perseguidos obstinadamente quando dessas aplicações, levando-se em conta sempre que nossas prioridades serão sempre os setores voltados para infra-estrutura de energia, telecomunicações, rodovias, ferrovias, saneamento básico; no fortalecimento de fornecedores nacionais e no desenvolvimento de tecnologia no território nacional; na reestruturação industrial, no novo ciclo de substituição de importações e no estímulo às exportações; nas empresas brasileiras que podem se tornar grandes players (campeãs) no contexto da globalização (siderurgia, petroquímica e alimentação) no apoio às empresas emergentes de pequeno e médio portes capazes de otimizar a combinação de valorização, rentabilidade e liquidez dos investimentos; no aproveitamento de sinergias entre as empresas com participação da PREVI.

Aposentadorias

Criação de Grupo de Trabalho incumbido de apresentar no prazo de 180 dias, proposta de uniformização para o cálculo de todas as aposentadorias concedidas e futuras, tomando-se por base

sempre os fatores relacionados com categoria efetiva, cargo comissionado, tempo de serviço e tempo de contribuição na PREVI, em perfeita sintonia com a legislação vigente, encerrando, de uma vez por todas, milhares de ações judiciais contra a PREVI e o Banco do Brasil.

Fundo de Investimento

Criação de Fundo de Investimento com a finalidade de centralizar os recursos dos associados que estejam dirigidos para esse segmento do mercado, oferecendo maior segurança e confiabilidade aos investidores. Consideramos que pelo porte da PREVI, as possibilidades de ganho serão bem maiores e o risco menor, tendo em vista que o poder de barganha da PREVI na compra dos ativos que irão compor a carteira deste Fundo será muito grande, resultando sempre em maiores ganhos e que a taxa de administração a ser cobrada seja menor em relação aos demais fundos.

Financiamento imobiliário

Promover a revitalização do portfólio de aplicações em empresas, imóveis e renda fixa, elevando dessa forma a rentabilidade dos ativos da PREVI e conseqüentemente o seu patrimônio. Essa medida, aliada com a permissão da liquidação antecipada dos financiamentos imobiliários existentes, oferecendo condições semelhantes às adotadas pela CEF, permitirão que haja disponibilidade satisfatória para enquadrar a PREVI nos limites impostos pela Secretaria de Previdência Complementar, neste particular.

Independência

Autonomia para tomar decisões técnicas que não contrariem os interesses da PREVI, através da implantação de um processo decisório imune a pressões políticas de qualquer natureza, seja do governo, de entidades de classe de partidos políticos ou organizações sindicais. Para isso utilizaremos o melhor em consultoria, controle e assessoramento, utilizando universidades e entidades nacionais e internacionais que orientem a melhor decisão da PREVI.

Conselheiros

Erradicar para sempre a inadequada e prejudicial prática utilizada pela PREVI de transformar em moeda de troca a indicação de Conselheiros. O empreguismo, a complementação salarial e, o mais grave, o uso de representantes como núcleo de apoio a candidatos às eleições para cargos da própria PREVI, não devem e não podem ser critérios para a escolha. Pelo contrário, além de idoneidade e da qualificação técnico-científica é necessário que o candidato demonstre visão estratégica e tenha conhecimento do setor de finanças empresariais. Não é justo nem correto indicar mais de 230 nomes para esses conselhos, confiando em alguns casos, 4 ou 5 conselhos de empresas de grande porte na mão de apenas um associado. Passaremos a limpo o critério da "reserva de mercado" que hoje predomina na PREVI para o preenchimento desses cargos.

Código de ética

Disciplinar as ações administrativas e negociais da PREVI, que deverão estar sempre fundamentadas na histórica postura de seriedade, competência e transparência normalmente praticadas pelo funcionalismo do Banco. Fortalecer o sadio princípio de alternância do poder, evitando desta maneira que os dirigentes da PREVI e os conselheiros indicados para as empresas possam se perpetuar nos cargos, como o que agora observamos, já que todas as demais chapas concorrentes apresentam candidatos à reeleição e que todos os conselheiros foram reeleitos recentemente.

Chapa 3 - Antes



FERNANDO AMARAL BAPTISTA FILHO

Diretoria de Participações

Formado em Administração de Empresas, pós graduado em Relações Internacionais, com MBA em Planejamento Estratégico. Trabalhou na Ag. Centro e na CACEX/ Divisão de Estatística do Comércio Exterior, foi Supervisor e Chefe do Setor da Direção Geral. Coordenou diversos processos de acordos internacionais envolvendo empresas importadoras e exportadoras.

Foi coordenador da Executiva Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil de 1987 a 1990. Foi diretor e presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro de 1988/91 e 1991/94, respectivamente. Foi assessor do conselheiro de Administração Henrique Pizzolato e foi conselheiro de Administração da empresa, representante dos Funcionários (GAREF) de 1996/1999. Atualmente trabalha na SUPER-RJ na função de gerente de Núcleo de Planejamento.



RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA

Diretoria de Planejamento

Funcionário aposentado do Banco do Brasil. Presidente do D.A. da Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas – 1958; presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em estabelecimentos de Crédito–CONTEC – 1965/72; cassado em 1972 pelo Ministério do Trabalho. Foi presidente do II Encontro Inter-sindical realizado no SEEB do Rio de Janeiro/1967. Membro Suplente do C.A. da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Foi deputado federal (MDB-SP); autor do 1º Projeto de Anistia aos Trabalhadores punidos por Atos de exceção. Membro do Comitê Confederal da Confederação Mundial do Trabalho – 1986/94 e Presidente do Dptº. Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP. Assessor da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil – UNAMIBB. Diretor da Associação Func. Aposentados e Pensionistas do BB/PR – AFA-PR – Autor de: ABC da Política Salarial; A Nova Reforma da Previdência Social; Movimento Sindical – Origem, Conscientização, Conquistas e Novos Desafios; O Neo-liberalismo e a Ofensiva Neo-liberal: Ordenamento Social e Distribuição de Renda.



GILBERTO MATOS SANTIAGO
Conselho Deliberativo – Titular

Funcionário aposentado do Banco do Brasil.

Formado em Direito, trabalhou na CACE/Divisão de Estatística do Comércio Exterior, foi assessor do vice-presidente da Área Internacional do BB, no período de 1978/84 e participou também de trabalhos no EUROBRAS, em Londres, do qual o Banco do Brasil era associado. Aposentado, passou a exercer cargos diretos na AAFBB–Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil, tendo sido eleito Presidente em janeiro de 1999, após vários períodos como interino naquele cargo.

Na AAFBB, Gilberto e sua Diretoria vêm imprimindo um sentimento de lutas e reivindicações na área de saúde e previdência, visando ao fortalecimento e viabilidade da CASSI e PREVI. Faz parte do Conselho Consultivo de Saúde da CASSI/RJ.



MARIA SALETE CRIPPA
Conselho Deliberativo – Titular

Funcionária do Banco do Brasil desde 13.12.1976. Assumiu na Agência de Chapecó (SC), trabalhou posteriormente em Lages (SC), Curitiba (SC), Barra do Bugres (MT), Ponte Alta (SC), e Blumenau (SC).

É Diretora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários de Blumenau desde 01.06.1995. Membro da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, exercendo a terceira gestão. É Conselheira Fiscal da caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. Formada em Direito e Pós Graduada em nível de Especialização em Direito do Trabalho.



PAULO ROBERTO DO AMARAL
Conselho Deliberativo – Suplente

Nasceu em Bambuí (MG), em 1953. Tomou posse no Banco do Brasil em 1975, na agência de Paracatu (MG), tendo prestado serviços também nas agências de Divinópolis, Oliveira, Carmo da Mata e Pará de Minas e ainda como adido nas agências de Siqueira Campos (PR) e Sidrolândia (MS). Há 4 anos é diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região e exerce, também, o cargo de presidente do Conselho Deliberativo da UNAMIBB. Participou ativamente dos deba-

tes sobre o novo estatuto da PREVI, denunciando, sempre, os riscos e as irregularidades do acordo BB/PREVI.



FERNANDO AYRES BRANQUINHO
Conselho Deliberativo – Suplente

Carioca, 43 anos, engenheiro civil na UERJ em 1981. Ingressou no BB em 1977. Aprovado na seleção para o antigo DENGGE, tomou posse na Residência de Fortaleza em 1983, e hoje ocupa o cargo de Analista Pleno na INFRE Fortaleza – Engenharia, onde realiza trabalhos técnicos de fiscalização de obras, avaliação de imóveis e projetos nos estados do Ceará e Piauí. Iniciou sua militância sindical e política em 1978. No Ceará foi diretor do Sindicato dos Bancários, de 1988 a 1994, sendo um dos principais responsáveis pela recuperação financeira da entidade e pela implantação de delegacias sindicais regionais no interior. Foi vice-presidente da CUT Regional de Fortaleza em 1990, participando ativamente do Movimento em Defesa das Estatais. Fez parte da Executiva Nacional dos Funcionários do BB. Em 1992, disputou a Prefeitura de Fortaleza, como candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT).



JOSÉ BERNARDO DE M. NETO
Conselho Fiscal – Titular

Advogado e contabilista. Aposentado, 61 anos, casado. Quatro filhos. Vice-presidente da AFABB – RS. Ingressou no Banco do Brasil em 10/04/1957 como auxiliar de escritório. Trabalhou no Cadastro em Uruguaiana e Porto Alegre, especializando-se em análise de balanços e exames de escrita. Optou pela carreira de advogado chegando à letra “H” e tendo se aposentado na ASTEP da SUPER – RS. Cedido pelo Banco, na condição técnica de expert em crédito rural e finanças, foi diretor vice-presidente do Badesul – Banco do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (1975 a 1980) e diretor presidente da Banrisul Financeira (1980 a 1982). Possui inúmeros cursos e treinamentos, entre os quais o de “fraudes contábeis em balanços”, já tendo participado do conselho administrativo e fiscal de várias empresas.



PAULO ROBERTO PINTO
Conselho Fiscal – Titular

Nascido na Bahia, tomou posse no BB em 1974, na agência Medina (MG), tendo trabalhado posteriormente na Ag. Vitória-Centro (ES), onde trabalhou nos setores de Crédito Rural, CTRIN, Câmbio e CACEX, MIPEM e mercado aberto. Foi assessor do GAREF, de 1997 a 1999, na gestão Fernando Amaral (86/99). Atualmente está lotado na BB-DTVM Rio de Janeiro (RJ), como Analista Júnior.

Formado em Administração de Empresas pela UFES. Foi coordenador estadual do DICEE – ES, de 1987/91. Tem cursos de Análise de Balanço, MIPEM e atualmente está cursando Pós Graduação em Gerência de Marketing no Instituto Bennet – RJ. Presidente por 2 gestões e Diretor de Sindicato dos Bancários – ES. Participou da Executiva Nacional dos Bancários e da Executiva Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.



ANTÔNIO CARLOS VICTÓRIO
Conselho Fiscal – Titular

Tem 41 anos, é natural de Corumbá (MS). Tomou posse no BB em 1980 e desde aqueles tempos, da ditadura militar, vem participando de todos os eventos que marcaram os movimentos e lutas dos funcionários do BB, da categoria dos bancários e dos trabalhadores brasileiros nestes últimos 23 anos. Contribuiu na retomada do Sind. dos Bancários de Brasília já em 1980. Prosseguindo nessa trajetória foi eleito delegado sindical e membro da Cipa, por vários anos, nas agências onde trabalhou. Por duas vezes foi eleito para a antiga Executiva Nacional dos Funcionários do BB e posteriormente para a atual Comissão de Empresa do BB. Foi representante dos funcionários em diversas comissões de trabalho junto ao Banco. Foi candidato a presidente do SEEB–Brasília, pela oposição Bancária, nas eleições passadas em chapa que obteve expressiva vitória no BB. É caixa e está afastado por L.E.R. (DORT). Cursa Administração de Empresas na Universidade de Brasília (UNB).



SÉRGIO PIRES FERREIRA
Conselho Fiscal – Suplente

Funcionário aposentado do Banco do Brasil. Tomou posse no dia 23.01.1952. Militante sindical desde 1952. Foi presidente da Comissão Sindical Nacional (62/64), eleito pelo Congresso Nacional dos Bancários realizado no Rio de Janeiro e presidente do Conselho Fiscal da AABB – Lagoa (1989/90). Atualmente é representante da AAFBB no Estado de

Santa Catarina e membro do Conselho Deliberativo da AAFBB. Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da UFRJ – 1965/68. Pós-Graduação em Análise Econômica pelo CENDEC/IPEA – 1969 – Cursos de extensão em Comércio Exterior, Operações de Commodities (IBMEC) e Qualidade Total (SEBRAE-SC). Exerceu suas atividades no Banco do Brasil na Ag. Copacabana, Fiscalização Bancária, Departamento do Almoarifado, Departamento de Bens Patrimoniais e Carteira de Comércio Exterior. Professor de extensão em Comércio Exterior, Instituto de Cult. Jurídica, Inst. de RH da FGV e FUNCEX. Consultor de Empresas na área de Comércio Exterior (1983/88).



ADELIA KINUE ENOMOTO OFILADA

Conselho Fiscal – Suplente

Lotada atualmente no DEPRO/DPTSP – SP, como operadora assistente de informática. Trabalhou também no CEDIP São Paulo, CESEC Santo Amaro e na Agência Santo Amaro Paulista-SP. Exerceu as comissões de operadora de periféricos, auxiliar substituto e caixa executivo.

Formada em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes/USP.



MANOEL LEITE MAGALHÃES

Conselho Fiscal – Suplente

Há 22 anos no BB. Participou do movimento estudantil. Atuou intensamente no M.B.R.S. até a derrubada do interventor do Sindicato de Brasília. Vice-Presi. e secretário da CIPA do Edif. Sede IV. Foi membro mais votado nas duas primeiras gestões; no BB do Distrito Federal, foi quem 1º levantou o problema da L.E.R./DORT, quando em 1985, encaminhou uma pesquisa à Delegacia Regional do Trabalho; várias vezes deleg. sindical (mesmo antes dele ser reconhecido), na Direção Geral. No Sede IV foi delegado sindical até quando acabaram com o processo eleitoral; membro da Frente Tiradentes em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil; membro do Conselho Deliberativo da UNAMIBB (União dos Acionistas Minoritários do BB); Vice-Presidente da ACBC (Ass. Cultural Brasil/Cuba); membro do Deptº. de divulgação e Intercâmbio do DCE da Universidade Federal de Viçosa e Diretor do Centro Acadêmico de Engenharia Florestal do DCE. Trabalhou na COGER, DECON, CESEC, CEDIP e, atualmente, está lotado no DEPRO como analista.

que Seja Tarde

País: Uma crise ética, política e econômica

O país vive uma grave crise política onde a ética de resultados se sobrepõe à ética de princípios. Em todos os setores da vida pública nacional percebe-se o agravamento dessa crise, a troca de agressões e ofensas entre os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), ocorridas no início de abril são exemplo do baixo nível do debate parlamentar. Envergonha, enxovalha e humilha o povo brasileiro. O mesmo se sucede nos municípios, nos governos estaduais e federal.

Sob o ponto de vista econômico, o chamado neoliberalismo originário do consenso de Washington precipitou o nosso país numa crise econômica sem precedentes, apesar das advertências e previsões feitas antecipadamente pelo movimento sindical, pelos partidos políticos de esquerda e por diversos setores conscientes da sociedade.

O elemento principal dessa política desastrosa exigida pela comunidade financeira internacional situou-se no programa de privatizações cujo objetivo seria a atração de recursos estrangeiros para financiar as dívidas interna e externa, entretanto diferentemente das projeções governamentais: o endividamento público a partir do governo FHC sextuplicou; a dívida externa dobrou apesar das dezenas de bilhões de dólares enviadas anualmente para o exterior apenas para o pagamento do serviço da dívida.

As principais empresas estatais em setores estratégicos para o país foram entregues a empresas estatais estrangeiras. Cresceu o desemprego com a demissão dos trabalhadores das empresas privatizadas. As tarifas cobradas da população pelas empresas agora em poder de setores privados ou estrangeiros, superaram em muito a inflação. O arrocho salarial se aprofundou e o governo, fortalecido em seu programa, partiu para reformular legislação trabalhista e previdenciária contra o interesse dos trabalhadores.

Este programa, porém, ainda não foi concluído, entre as jóias da coroa restam a Petrobras e o Banco do Brasil, que ainda não foram vendidas devido à crise que hoje envolve o governo FHC. Enquanto isso o Banco do Brasil vem sendo submetido a um processo de enxugamento destinado a torná-lo atraente num possível processo de venda.

A subserviência da direção da Previ

Neste mediocre contexto, a PREVI, que assumiu a liderança entre os fundos de pensão do país, desempenhou um papel destacado, sendo instrumentalizada pelo governo para viabilizar as privatizações do patrimônio nacional a preços vis, com a conivência de sua direção indicada pelo BB, ou eleita pelos funcionários.

Para um posicionamento claro a respeito da PREVI nessa situação, é preciso ter-se em conta que, do ponto de vista econômico, já há algumas décadas, é indiscutível a importância desempenhada pelos Fundos de Pensão na formação da poupança interna indispensável à viabilização do desenvolvimento auto-sustentável das nações e a inquestionável influência que exercem no direcionamento dos projetos de desenvolvimento econômico, regionais e nacionais. Sua grande virtude reside em reduzir a dependência das nações em desenvolvimento em relação aos recursos externos, minimizando sua vulnerabilidade financeira. A partir dessa constatação é importante registrar a cobiça da qual se tornaram alvo os fundos de pensão, por parte de governos e empresários e, em especial a PREVI, maior fundo de pensão da América Latina.

Por isso, como fundo de pensão, cujo objetivo precipuo é garantir aposentadorias dignas a seus associados - o que depende da condição salarial do

funcionário ativo, diretamente atingido por essa política - a PREVI jamais deveria ter colaborado com as privatizações. Hoje como consequência temos uma situação atípica. Se não revertermos essa política, grande parte dos associados sequer receberá complementação da PREVI, uma vez que, com o arrocho salarial, recebem menos que o teto do INSS.

Portanto, para retornar a sua finalidade a PREVI deve se retirar desse programa de entrega do patrimônio público.

A sedimentação da privatização do próprio BB

Mas a subserviência dessa direção da PREVI não parou por aí. Alguns dos atuais dirigentes da PREVI - representados nas chapas 5 e 7, nas próximas eleições - tornaram-na conivente com o processo de desmonte do Estado e passaram a colaborar também com a sedimentação da privatização do próprio Banco do Brasil. Para esse fim, desejando o governo enxugar o passivo do Banco, livrando-o do compromisso atuarial gerado pelas aposentadorias de funcionários que tiveram acesso à carreira antes de 1967, ardilosamente elaborou um acordo financeiro e uma reforma estatutária em 97, com a cumplicidade dos representantes eleitos. A PREVI, então, através daquele acordo ilegal, praticamente doou ao Banco cerca de cinco bilhões de reais de seu superávit de 97, prevendo ainda a transferência, a prazo, de 2/3 de cada novo superávit, a título de amortização do saldo dessa dívida, nos termos da cláusula sétima.

Ato contínuo, com o argumento de reparar a injustiça do antigo estatuto, puseram em extinção o plano de benefício definido, colocando-o em risco e instalando, de forma discriminatória, uma situação pior ainda para os novos concursados. Alardeando vantagens também negociaram um plano antiquado e conflituoso de gestão, em que, ou as decisões são adotadas por consenso, ou a administração fica emperrada, com os interesses dos trabalhadores sempre condicionados à anuência do patrocinador, quando o modelo moderno de gestão adotado no mundo civilizado consiste em separar nitidamente as funções de gerência e de fiscalização. Ou seja, quem administra não fiscaliza e vice-versa. Os trabalhadores administram e os patrocinadores, que não deveriam tirar vantagens da gestão, somente fiscalizam.

A equação perversa e os escândalos

Estamos hoje diante de uma PREVI que se apoia em uma **EQUAÇÃO PERVERSA**: quanto mais congelamento de salários, melhor, pois assim seu passivo atuarial se mantém constante, enquanto seus ativos se corrigem pelo IGP; quanto mais PDV, melhor, pois assim parcelas significativas das reservas relativas aos funcionários demitidos passam a engordar os superávits da PREVI que serão repassados ao Banco.

A PREVI - com a conivência ou omissão desses mesmos representantes eleitos - tem estado envolvida em escândalos, onde aconteceram favorecimentos a terceiros (caso Telemar, com a história das fitas gravadas de conversações telefônicas entre membros do governo FHC), ou escândalos pela revelação de medidas lesivas ao próprio patrimônio, como a venda das ações da Itaúsa.

Auditoria da secretaria de previdência complementar

A Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência, em auditoria realizada entre 03.2.98 e 03.7.98, em sua notificação de fiscalização 051/98-SPC, fez, dentre outras, as seguintes afirmações, denunciando a ilegalidade do

acordo e questionando pagamentos irregulares a dirigentes da PREVI, no mesmo ano do acordo:

O estabelecido na cláusula sétima [do acordo com o Banco do Brasil, em 1997] fere o disposto nos parágrafos 2, 3 e 4, do artigo 3º do Decreto 606, de 20.07.92, além de conflitar com as normas contábeis vigentes aplicáveis às EFPP.

(página 54)

“Em 1997, a diretoria da entidade aprovou o pagamento de remuneração a diretor deliberativo, retroativo a 1996. O estatuto/regulamento vigente até 23.02.97, não previa remuneração a dirigentes.”

(página 102)

O reconhecimento da situação por quem preside a PREVI

Uma vez em extinção o plano de benefício definido, o próprio presidente da PREVI, Tarquínio Ferro, em entrevista à *Folha de São Paulo* de 19 de março de 2000, disse o seguinte: **“temos um fluxo de caixa que permite pagar benefícios com sobra, mas logo não será mais suficiente”**. Continuou dizendo que **“se [a PREVI] se mantiver apenas como administradora do fundo de pensão do Banco do Brasil, pode perder a liderança. Os contribuintes vão se aposentar e os recursos migrarão dos investimentos atuais para aposentadorias e pensões”**. Ele sugere como alternativa que a PREVI parta para uma política de mercado, deixando de ser uma entidade sem fins lucrativos, passando a explorar outros fundos de pensão.

Entidades funcionais se levantam contra essa realidade

A crítica situação da PREVI, até aqui caracterizada, motivou a mobilização de pessoas dignas e representativas entre os funcionários do Banco do Brasil, que resolveram constituir a **Chapa 3 - Antes que seja tarde** para disputar as eleições da PREVI. Dois seminários realizados no Rio de Janeiro, promovidos pela AAFBB, associações de aposentados, UNAMIBB e diversas correntes do movimento sindical, numa união suprapartidária em defesa dos interesses do BB, da CASSI e da PREVI, construíram um programa de consenso para a chapa. Lamentavelmente duas dessas correntes se bandearam para uma das chapas da situação, na qual se encontram alguns dos atuais dirigentes efetivos. As outras tendências, majoritárias, dando uma inequívoca demonstração de coerência e zelo para com os princípios, mantiveram-se fiéis ao programa elaborado e consolidaram uma aliança entre as tendências do movimento sindical e as entidades de antigos funcionários.

Após a discussão do programa, escolheram um representante dos aposentados para o cargo de diretor de planejamento e um funcionário da ativa para o cargo de diretor de participações.

Para representar o pessoal da ativa foi escolhido Fernando Amaral, que exerceu mandato de GAREF, sendo conhecida e reconhecida sua postura a serviço do funcionalismo: como representante dos aposentados, Ruy Brito, presidente da Contec entre 66 e 72, cassado pelo Ministério do Trabalho, deputado federal pelo MDB autêntico de SP, conselheiro da OIT para a área de previdência social.

Comunique-se com a Chapa 3
ANTES QUE SEJA TARDE

Comitê executivo: 524-0089 (Lina)

Fax: 262-8795

www.antesquesejatarde.com.br

e mail: mensagens@antesquesejatarde.com.br

PROGRAMA DA CHAPA 3 ANTES QUE SEJA TARDE

1. Buscar a anulação das ilegalidades do acordo da PREVI com o Banco do Brasil e a reversão dos aspectos negativos da reforma estatutária, reconstruindo a solidariedade entre ativos, aposentados e concursados.

2. Não permitir que a PREVI continue a ser usada para viabilizar o programa de entrega do patrimônio público, redirecionando os recursos para investimentos produtivos e geradores de emprego, garantida a necessária proteção das reservas técnicas.

3. Superar os limites do sistema de gestão compartilhada, atualmente vigente na PREVI.

4. Redefinição dos critérios para a escolha de candidatos aos conselhos de administração e fiscais das mais de 60 empresas nas quais a PREVI tenha participação, ficando desde já assegurado que nenhum dos integrantes desta chapa 3 participará de qualquer um desses conselhos.

5. Efetivar uma parceria verdadeira com a CASSI, que possa auxiliá-la na viabilização de seu plano assistencial.

6. Rever o processo de financiamento imobiliário que tem sacrificado muitos colegas, para possibilitar a sua reabertura.

7. Implantação de um modelo de gestão participativa, transparente, onde exista um canal para que o associado possa opinar nas decisões dos programas de investimento, orçamento, de participações etc., levando em conta, inclusive, os aspectos regionais.

8. Indicar para membros do Conselho de Administração do BB pessoas que sejam comprometidas com o respeito aos direitos dos funcionários, com o caráter público do Banco e detentoras de capacidade comprovada.

9. Definir uma estratégia global para as ações da PREVI, unificando as ações das várias diretorias.

11. Buscar um diálogo sério com associados na busca de soluções de problemas controvertidos como a cobrança de contribuições sobre as aposentadorias e a correção destas referente ao expurgo do período 95/96.

Chapa 5 - Unidade em

Representatividade, experiência, firmeza e compromisso com o associado



SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA
Diretoria de Participações

Funcionário do BB em São Paulo, desde 1980. Casado, dois filhos. Formado em jornalismo pela USP. Foi vereador na cidade de São Paulo, no período 95/96.

É presidente da Confederação Nacional dos Bancários, CNB-CUT, e diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Coordenou a Executiva Nacional dos Funcionários do BB, liderando negociações e campanhas salariais como a de 1987, quando o funcionalismo conquistou a equiparação com o Banco Central. Atualmente coordena todas as negociações com a Fenaban e as campanhas dos bancários a nível nacional.

Coordena o Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, que iniciou em 1999 a coleta de mais de 200 mil assinaturas em apoio a dois projetos de Lei que proibem a privatização do BB. Em nome do Comitê, apresentou estes projetos à Câmara dos Deputados. Depôs na Câmara dos Deputados, para impedir que projetos de Lei que regulamentam a Previdência Complementar trouxessem prejuízos aos associados da PREVI.



ERIK PERSSON
Diretoria de Planejamento

Funcionário do BB desde 1977. Tomou posse em Santo Augusto (RS) e atualmente é funcionário da agência Porto Alegre Centro (RS).

É formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participou de vários cursos de extensão universitária, sobre temas tais como Riscos Globais, Riscos e Oportunidades, Mercosul, Relações Internacionais e Planejamento Econômico e Financeiro.

Foi cipeiro na agência Porto Alegre Centro (RS) e Diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. É Diretor da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, onde foi responsável pela pasta de Assuntos Jurídicos.



ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA
Conselho Deliberativo - Titular

Tem 48 anos, nasceu na Bahia, é separado e tem um filho.

Economista, formado em 1977 pela Universidade Federal Fluminense. Pós-Graduado em MBA/Finanças pelo IBMEC (1992). Fez cursos em Mercado de Capitais nas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro, Nova York e Chicago e vários cursos no DESED. Ingressou no Banco do Brasil em 1977 e, entre outras comissões, foi operador de câmbio e gerente de atendimento na Agência Centro Rio de Janeiro (RJ).

Atua no movimento sindical desde 1977, inicialmente na oposição sindical que conquistou o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em 1979. Em 1994 foi eleito para o Conselho Fiscal da PREVI. Em 1996 foi eleito diretor deliberativo e em 1997, com a reforma dos estatutos da PREVI, assumiu a Diretoria de Planejamento no novo modelo de gestão.



JOSÉ ROBERTO M. DO AMARAL
Conselho Deliberativo - Titular

Funcionário do BB desde agosto de 1980.

Integrou a Executiva Nacional dos Funcionários do BB. Foi diretor da CUT Alagoas. Foi diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito no Nordeste.

Atualmente é presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas.

Faz parte do Conselho Consultivo da Cassi Alagoas.



JACQUES DE OLIVEIRA PENA
Conselho Deliberativo - Suplente

45 anos, casado. Tomou posse no banco em 1977, em Pirapora (MG). Foi Assistente de Supervisão na Agência Central Brasília (DF) e Analista na UEN Comercial. Atualmente é chefe de gabinete no Garf.

Formou-se em História pela Universidade de Brasília, onde cursou também Administração de Empresas e Administração Pública.

Foi secretário geral do Sindicato dos Bancários de Brasília e membro da Executiva Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Participou ativamente da reconstrução do movimento sindical em Brasília, na década de 80, quando o funcionalismo teve suas maiores conquistas.

No Governo Cristóvão Buarque em Brasília (1995/98), foi administrador regional da Cidade Satélite de Samambaia.



CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO
Conselho Deliberativo - Suplente

Aposentado desde 1991. Exerceu cargos de administração no BB durante 21 anos, onde se aposentou como superintendente de Pernambuco.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Fez vários cursos nas áreas de Câmbio, Comércio Exterior, Gerenciamento, Planejamento Estratégico, Negociação e Operações de Mercado.

Prestou consultoria à PREVI, na auditoria a empresas controladas pela Caixa. Representou o Banco do Brasil no Conselho Diretor de projetos de desenvolvimento regional, tais como o Polonordeste, Projeto Sertanejo e no Conselho Deliberativo do Sebrae. Foi Conselheiro Fiscal da BB-DTVM, BB-Car, BB-Leasing, entre outras subsidiárias do banco.

Atualmente é conselheiro fiscal do Banco do Brasil, indicado pela PREVI, onde foi responsável pela apuração de irregularidades nos empréstimos do BB à Encol e nos débitos do Tesouro com o BB.



ELÍDIA RESULA ULERICH BONFIM
Conselho Fiscal - Titular

Ingressou no Banco do Brasil em 1977, em Frederico Westphalen (RS) e aposentou-se em 1998 como funcionária da Agência Canoas (RS). Foi gerente de equipe no CESEC Canoas (RS).

Foi Coordenadora Geral do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB nos biênios 93/94 e 96/97.

Atualmente é dirigente da Confederação Nacional dos Bancários - CNB-CUT - e Presidente da AABB Canoas (RS).

Está cursando História na Ulbra - Canoas.



FERNANDA DUCLOS CARÍSIO
Conselho Fiscal - Titular

Aposentada. Ingressou no banco em 1973 e se aposentou em 1998, como gerente de expediente na Agência Bandeira, no Rio de Janeiro. É formada em jornalismo.

É Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, faz parte da direção da CNB-CUT e da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em sua gestão no Sindicato do Rio, trabalhou pela reunificação do movimento sindical. Participa ativamente das negociações salariais, representando o Rio de Janeiro na Executiva Nacional dos Bancários.

É Conselheira Deliberativa da ANABB, onde denunciou as suspeitas de fraude das últimas eleições.

Atualmente preside a Comissão Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro e integra o Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento do Município do Rio de Janeiro. Participou da Coordenação do Movimento Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria no Rio de Janeiro, movimento articulado pelo Betinho.



SÉRGIO RICARDO L. DE FARIAS
Conselho Fiscal - Titular

Funcionário do Banco do Brasil desde 1979, foi Caixa-Executivo na Agência Primeiro de Março, no Rio de Janeiro. Tem 35 anos, nasceu no Rio de Janeiro.

É formado em Educação pela Universidade do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Educação para Docentes Universitários na Uni-Rio. Fez curso de extensão no CCLS em Miami, EUA. Lecionou na rede privada de ensino.

Desde 1994 é Diretor Executivo para assuntos de Bancos Federais da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Foi integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, de 1995 a 1998. Representa o movimento sindical no Conselho Consultivo de Usuários da Cassi-RJ.

Coordena o Comitê em Defesa dos Bancos Públicos no Rio de Janeiro, estando engajado na luta contra a privatização do Banco do Brasil.



DANILO DE SIQUEIRA CAMPOS
Conselho Fiscal - Suplente

39 anos, casado, é funcionário do BB há 20 anos. Funcionário da agência Uberaba Centro (MG).

Graduado em Direito pela Universidade de Uberaba, com pós-graduação em Direito do Estado pela UNIUBE/UFMG. Foi Presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade de Uberaba.

Foi Presidente da AABB João Pinheiro (MG), membro da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB e da Executiva Nacional dos

Bancários. É membro da Comissão de Emprego e Renda de Uberaba, onde já foi presidente pela bancada dos trabalhadores. Sócio fundador da Cooperativa de Crédito dos Bancários de Uberaba. Foi eleito Delegado Representante de Minas Gerais na Cooperforte.

Atualmente é presidente do Sindicato dos Bancários de Uberaba e presidente da Federação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro de Minas Gerais.



LUÍZ OSWALDO S. M. DE SOUZA
Conselho Fiscal - Suplente

Funcionário aposentado do BB, onde foi empossado no Estado do Ceará.

Primeiro Garf eleito pelo voto direto dos funcionários, em 1990, implantou o gabinete e criou o boletim eletrônico. A gestão de Luiz Oswaldo foi responsável em transformar o Garf em uma das grandes referências do funcionalismo, dando-lhe de fato o caráter de representação. Sua gestão foi marcada pelo questionamento à estrutura autoritária do banco e pela defesa do BB como agente financeiro da agricultura e do crédito produtivo.

Exerceu ainda a chefia do Desed, em Brasília.

Paralelamente às suas atividades bancárias, acumulou larga experiência com educador. Foi diretor da Faculdade do Sertão Central, em Quixadá - CE onde foi secretário municipal de educação. É professor da Universidade Estadual do Ceará e Secretário de Turismo e desenvolvimento da Prefeitura de Icapuí - CE.



OLIVAN DE SOUZA FAUSTINO
Conselho Fiscal - Suplente

Ingressou no Banco do Brasil em Paripiranga (BA), em 1980. Transferido para Agência Cidade Alta - Salvador, em 1983, onde foi eleito pelos funcionários para diversas funções de representação. Atualmente trabalha na Agência Pelourinho (BA). Exerceu as comissões de caixa executivo, fiscal de Setop e Gerex.

Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Com atuação voltada para a integração do funcionalismo, foi presidente-fundador de AABB, entidade que continuou merecendo seu interesse e atuação em Salvador, onde liderou chapas em duas oportunidades, nas eleições da AABB-Salvador.

Defesa da Previ e do BB

Funcionalismo forte Previ forte Banco do Brasil forte

POR QUE FALAR EM DEFESA DO BANCO DO BRASIL E DO FUNCIONALISMO QUANDO O ASSUNTO É ELEIÇÃO DA PREVI?

A razão de ser da Previ é o bem estar dos seus associados. Assim como a Cassi, como as AABBs, os sindicatos, outros clubes e associações, a Previ faz parte de um espírito de ação coletiva e solidária, onde se procura garantir a aposentadoria, a saúde, a convivência com a família e a participação responsável na sociedade.

Para que o funcionário hoje na ativa possa usufruir da melhor forma possível dos benefícios da Previ, é preciso que ele tenha salário justo, jornada de trabalho justa, relacionamento saudável com seu trabalho. Não é o que acontece hoje.

Seria no mínimo omissão, senão burrice, gerir um patrimônio de R\$ 32 bilhões, que interage com interesses estratégicos do governo, sem utilizar esse "poder" para interferir em favor dos funcionários.

Da mesma forma, não podemos fechar os olhos para os ataques que o BB vem sofrendo. Sabemos que há poderosos interesses que pressionam pela diminuição do espaço do BB no mercado, e até pela sua privatização. E o desdobramento desse processo poderá ter um enorme impacto na vida dos funcionários do BB.

Também aqui é preciso utilizar "o poder" da Previ para defender o BB como um banco público cada vez mais forte.

É evidente que o futuro da Previ, do BB e dos seus funcionários está profundamente interligado. E os dirigentes eleitos pelo funcionalismo devem agir com determinação e inteligência a favor de um futuro melhor.

I - Benefícios

Destacamos aqui alguns itens relacionados aos benefícios da Previ que julgamos mais urgentes:

1. Correção dos prejuízos do "Fator Previdenciário"

A Reforma da Previdência aprovou mecanismos que reduzem o valor do benefício a ser alcançado junto ao INSS. Um desses mecanismos é o fator previdenciário, que na prática introduz o fator da idade como determinante para o cálculo do benefício. Nosso entendimento é que a medida é inconstitucional, mas não se conseguiu derrubar a lei na justiça.

Para não ocorrer prejuízo no benefício final do associado (parcela INSS + complemento Previ), a Previ terá que arcar com uma parcela maior do que hoje.

Isso implica em alterações no Plano de Benefícios 1 e novo cálculo de custeio.

Defendemos que a Previ faça essas alterações e que o custeio do ajuste seja coberto pelo superávit.

2. Equalização das contribuições

A Emenda Constitucional nº 20, aprovada em 1998, determinou que até dezembro próximo as contribuições da empresa patrocinadora (o BB) devam ser no máximo igual à contribuição dos associados.

É mais uma medida do governo que fere direitos adquiridos. Esse é um debate que deverá ser feito dentro da Previ e com o Banco, de maneira muito séria. Nosso princípio deve ser o de não permitir elevação das contribuições dos associados, nem diminuição dos benefícios. A saída é comprometer o Banco com a solução do problema e usar os superávits para cobrir esse ajuste.

3. Solução para os problemas da Carim

É preciso resolver a situação dos que já têm financiamento, para permitir que novos empréstimos sejam feitos, uma vez que há limite legal para esse tipo de operação. Isso pode ter um impacto significativo para a renda de milhares de associados.

Algumas iniciativas já estão em curso: repactua-

ção dos contratos, estudos para a liquidação do saldo devedor com desconto, transferência de titularidade, uso do FGTS etc.

A Previ deve realizar todos os esforços para resolver a situação, acompanhando o resultado de cada iniciativa. Se as medidas atuais não forem suficientes, novos estudos devem ser feitos e novas bases para os contratos futuros devem ser lançadas, para que não se repita o mesmo nível de problema.

4. Cálculo do benefício para as mulheres

As mulheres têm a possibilidade legal de requerer aposentadoria proporcional com 25 anos de contribuição ao INSS. A Previ, no entanto, só paga complemento integral quando o associado tem 30 anos de contribuição à própria Previ. Nesse caso, portanto, o complemento Previ também seria proporcional.

O tema é antigo, e esteve presente durante os debates da reforma estatutária, mas não foi resolvido por implicar em custos adicionais para o plano. Justamente por isso, entendemos que esse é um tema a ser debatido e decidido pelos associados. A diretoria da Previ compete realizar estudos, quantificando o problema e apontando possíveis soluções. E o corpo social deve ser consultado sobre se deseja ou não modificar a situação atual.

5. Plano de Aposentadoria Antecipada 45/15

Já é de conhecimento generalizado o estudo realizado pela Previ, a pedido do Banco, sobre a possibilidade de rebaixar de 50 para 45 anos a idade limite para a aposentadoria antecipada. O Banco até o momento não se pronunciou oficialmente sobre o assunto.

O enxugamento do quadro de pessoal que vem sendo praticado nos últimos anos não é bom para o BB nem para os funcionários, que ficam sobrecarregados. Além disso, há muita insatisfação com a política de recursos humanos do banco. Por isso, é melhor que existam alternativas razoáveis para os funcionários que assim desejarem.

Nesse sentido, somos favoráveis ao PAI 45 nos moldes apresentados pelo estudo da Previ. E entendemos também que, no sentido de guardar uma proporcionalidade com os prazos estabelecidos pela lei previdenciária, o limite para as mulheres deveria ser de 43 anos.

6. Aposentados

Os aposentados devem ter na Previ um ponto de referência no seu relacionamento com o Banco. A criação da carteira Previ é um passo, mas a Caixa precisa insistir junto ao BB para que o aposentado seja recebido como um cliente especial que é e como um servidor do Banco do Brasil.

A Previ deve também acelerar o processo para estabelecer convênios, com o intuito de oferecer aos associados opções de lazer, educação, turismo e outros benefícios.

A Previ deve ainda utilizar a faculdade que o estatuto permite, antecipando o reajuste dos aposentados quando a situação financeira permitir, como é o caso deste ano.

7. Parcerias da Previ com outras entidades

A Previ deve implementar parcerias com outras entidades do funcionalismo, especialmente a Cassi. A idéia é aproveitar a sinergia entre essas entidades, de forma potencializar a missão de cada uma.

8. Um só funcionalismo. Um só plano de benefícios

A criação do Plano de Benefícios 2, para os novos funcionários, foi uma imposição do Banco para a reforma do estatuto. Mas a luta por um único plano de benefícios deve continuar, e acreditamos que a chegada dos novos funcionários reforçará esta reivindicação e poderá impor uma nova realidade ao Banco. Esta luta é nossa também.

II - Política de Investimentos e de Negócios da PREVI

1. O óbvio

Em primeiro lugar, é preciso reafirmar o óbvio, pela simples razão de que nem sempre o óbvio é praticado. Para nós, é óbvio que:

■ A política de investimentos da Previ deve estar totalmente voltada para o cumprimento da sua missão, que é garantir aposentadoria digna aos seus associados e outros benefícios.

■ A honestidade, a eficiência e a transparência devem ser critérios de ação fundamentais.

■ Os investimentos da Previ devem atender aos interesses dos associados, e não os interesses do governo, do Banco ou de grandes grupos econômicos.

■ Os investimentos e os negócios da Previ devem ser amparados em critérios de rentabilidade, e também em critérios éticos e sociais.

■ A Previ deve controlar seu próprio patrimônio, e não ceder às pressões para entregar a gestão dos seus recursos a terceiros.

■ Os investimentos da Previ devem estar amparados em critérios que combinem rentabilidade com segurança, sendo fundamentais estudos minuciosos para acompanhar as tendências da economia.

2. Interesse nacional e estratégico

Acreditamos ser possível combinar os interesses dos associados com interesses nacionais e estratégicos. A Previ não deve se comportar como um simples fundo especulador como outros do mercado. Temos interesses de longo prazo, e os melhores investimentos são aqueles que ajudam a desenvolver a economia, ampliando a produção e impulsionando setores estratégicos.

A parceria com o setor público e privado deve ser feita sobretudo em investimentos de infraestrutura e produtivos, com base em contratos sólidos, que assegurem à Previ o retorno em condições compatíveis com seus compromissos.

E investimentos em novos setores de ponta da economia, como biotecnologia, informática, robótica.

3. A participação da Previ nas empresas

É fundamental que a Previ aperfeiçoe a forma como acompanha o desempenho das empresas nas quais investiu ou venha a investir.

A indicação de representantes para os conselhos de Administração e Fiscal dessas empresas deve ser feita com base em critérios claros e transparentes, que combinem a capacitação e experiência necessárias ao compromisso com os interesses da Previ.

Entendemos que os dirigentes da Previ só devem participar diretamente desses conselhos em casos excepcionais e em caráter temporário. Os dirigentes da Previ devem ter como prioridade administrar a própria Previ e gerir de forma eficiente o desempenho dos conselheiros indicados.

Devemos incrementar a possibilidade de negócios entre as empresas onde a Previ participa e o próprio banco, orientando os conselheiros neste sentido.

4. A Previ e as privatizações

Temos um posicionamento claro contra o programa de privatizações do governo, pois está mais do que evidente que ele é nocivo para a economia brasileira. Devemos estar atentos para cada novo processo de privatização, especialmente no caso das empresas estratégicas. Caso o posicionamento da Previ possa ser decisivo para impedir a privatização, devemos nos posicionar nesse sentido. Nossa segunda opção, sempre analisando os interesses da Previ, é participar da formação de consórcios que possam assegurar a permanência da empresa sob controle nacional, tendo a Previ poder de mando na gestão da empresa.

III - Gestão Participativa e Transparente

A eleição de dirigentes da Previ é uma forma importante de o associado participar da gestão dos seus recursos, mas esse processo pode e deve ser ampliado.

Hoje o associado muitas vezes só toma conhecimento do que acontece na Previ pela imprensa. Acreditamos que a Previ, e particularmente os dirigentes eleitos, têm a obrigação de melhorar a comunicação com os associados, informando mais e melhor sobre todos os seus negócios.

Queremos evoluir para um processo de gestão participativa, onde o associado possa opinar e ter uma presença mais ativa no dia a dia da Previ.

IV - Atendimento ao associado

Se a razão de ser da Previ é o associado, a primeira coisa é prestar um bom atendimento. Hoje em dia muitas pessoas reclamam da dificuldade de obter alguma informação junto à Previ. Devemos aperfeiçoar os mecanismos de comunicação, por meio da internet, dos sistemas integrados do próprio Banco e pessoalmente quando for necessário.

V - Compromisso

Nosso compromisso com essas propostas e com os interesses dos associados está firmado pela própria história de cada um dos integrantes da nossa Chapa. São histórias distintas, mas todas indubitavelmente vinculadas às lutas e aos anseios do funcionalismo.

NOSSOS PRINCÍPIOS

Missão – Sempre que falarmos de Previ, não podemos perder de vista sua missão principal: garantir a complementação de aposentadoria aos associados. Estamos falando de compromissos de longo prazo, e da maior importância, pois se trata da garantia de uma vida digna para pessoas que trabalharam e contribuíram para isso, e de outras milhares que querem ter a mesma perspectiva para o futuro.

Responsabilidade – Com a reforma da previdência, a responsabilidade da Previ cresceu ainda mais, pois a política do governo é reduzir ao máximo o benefício do INSS, deixando para os fundos de previdência complementar o ônus de assegurar uma renda condizente com o padrão alcançado na vida ativa.

Riscos – O bom desempenho dos investimentos da Previ é fator fundamental para assegurar que os associados recebam seus benefícios. Em um país como o Brasil, marcado por uma história de instabilidade, e em um cenário internacional igualmente arriscado, é necessário recorrer a todos os mecanismos de controle e de avaliação de riscos para garantir nosso patrimônio.

Oportunidades A geração de superávit (o tempo de vacas gordas) deve ser aproveitado em dois sentidos. De um lado, criar reservas para enfrentar eventuais momentos menos favoráveis. E de outro, corrigir e aperfeiçoar benefícios — como, por exemplo, cobrir as perdas acarretadas pela introdução do "fator previdenciário" no cálculo do benefício do INSS.

Transparência – Acreditamos que a melhor forma de alcançar os objetivos é uma gestão com o máximo de transparência. A transparência assegura ao mesmo tempo a ética e a eficiência, pois se somos obrigados a prestar conta do que fazemos, da forma mais transparente possível, a ética se impõe, e os associados têm como cobrar o máximo de eficiência. Assumimos desde já o compromisso de estarmos presentes constantemente junto ao funcionalismo, para debater e ouvir.

Chapa 7 - Força



VITOR PAULO CAMARGO GONÇALVES

Diretoria de Participações

Natural de Barretos (SP), tomou posse no Banco do Brasil em 1976, em Guarulhos. Transferiu-se para o então Cesec São Paulo/Sto Amaro e depois para o Cedip S. Paulo, onde foi Supervisor. Formou-se em Administração pela Universidade Mackenzie, com extensão em Administração de Fundos de Pensão na Wharton School-Philadelphia. Atuou desde a sua posse nas entidades de funcionários do BB: Satelcesec, tendo sido responsável pela elaboração de apostilas para o concurso nível médio em 1985; foi membro do Conselho Fiscal da Cooperativa de Consumo de São Paulo, membro dos Conselhos Deliberativos da AABB-S. Paulo e Satélite E.C. Foi Diretor e Presidente da FECOB, além de Vice-Presidente da CIPA estadual, por dois mandatos. Foi do Conselho Fiscal da PREVI, como suplente, e da Diretoria Deliberativa, como suplente e titular, e, desde 24.12.97, Diretor de Participações da PREVI.



AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO

Diretoria de Planejamento

Natural de Patos de Minas (MG), ingressou no Banco do Brasil em 1972. Formou-se em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB), em 1977 e elegeu-se duas vezes Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília (1980 - 1986). Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991 pelo PCB; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995 pelo PPS; Deputado Federal, 1995-1999, PPS. Atuou nas diversas Comissões Técnicas da Câmara, obtendo maior repercussão o seu trabalho de fiscalização que exerceu quando foi integrante da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e membro da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Retornando ao BB esteve lotado na INFRA-CECOP como Analista Master. Integrou a lista triplice dos candidatos mais votados para o GAREF no ano de 1999. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Relações Externas e Parlamentares da ANABB.



CAMILLO CALAZANS DE MAGALHÃES
Conselho Deliberativo - Titular

Funcionário aposentado do Banco do Brasil. Trabalhou dez anos em agências do interior em diversos estados. Foi Chefe da Consultoria Técnica, Diretor do BB para a região nordeste e, finalmente, Presidente do Banco do Brasil, num período em que o Banco teve uma atuação marcante como o melhor instrumento oficial para o desenvolvimento e crescimento social e manteve uma política de recursos humanos que recorreu à solidariedade entre o Banco e seus funcionários, época em que o BB passou de 7% para 28% de participação no sistema financeiro. Foi também presidente do Banco do Estado de Sergipe e do Banco do Nordeste. Foi fundador e presidente da Fundação Banco do Brasil.



ROMILDO GOUVEIA PINTO
Conselho Deliberativo - Titular

Aposentado, tem 51 anos e reside em Curitiba - PR, é Presidente do Conselho Deliberativo da ANABB, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da CASSI (mandato até maio 2000) e Conselheiro Deliberativo do CIN. Foi representante GAREF no Paraná (1996/ 1998), como candidato mais votado no Estado. Na CASSI também foi Presidente do Conselho Deliberativo, Presidente, Diretor Executivo e Conselheiro Fiscal eleito. No Banco do Brasil foi chefe de Produção, Analista Chefe, Chefe Adjunto de Diretoria e Chefe de Divisão. Ex-Instrutor do DESED (Relações Humanas e Processamento de Dados), cursou MBA na USP/SP. Natural de Caruaru (PE), tomou posse em Serra Talhada (PE), onde foi Presidente da AABB. Em Recife militou no sindicalismo bancário e foi fundador e Conselheiro da APPD, atual Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados.



LUIZ ANTONIO CARELI
Conselho Deliberativo - Suplente

49 anos, cursou Administração de Empresas e é formado em Matemática. Funcionário do Banco do Brasil desde 1975, trabalhou na agência São Paulo - Centro e na Superintendência Estadual em São Paulo na área de operações. Atuou no Programa de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa (MIPEM). Nas entidades do funcionalismo foi Conselheiro Fiscal da Cooperativa de Consumo Dos Funcionários do BB em São Paulo e participa como Conselheiro Deliberativo na AABB São Paulo, Conselheiro Fiscal na APABB, Membro do Conselho Estadual de AABB de São Paulo e Presidente do Satélite E.C. em São Paulo.



IRMARA DE CASTRO FONSECA

Conselho Deliberativo - Suplente

Tomou posse no Banco em junho de 1975 em Sete Lagoas (MG). Trabalhou nas agências de Tarumirim (MG), Iapu (MG), Matipó (MG), Montes Claros (MG) e Governador Valadares (MG), onde ocupou os cargos de Caixa Executivo, Gerex e Gerae. É aposentada e reside em Montes Claros (MG). Instrutora do GEDEP desde 1981, nas áreas de Grafoscopia, Orientação sob Treinamento em Serviço, Sistema Gerencial de Vendas, Programa de Atendimento Permanente, Projeto CAIEX e AZIMUTE, Atendimento, Negociação e Excelência Profissional.



JOSÉ SÉRGIO BARBOSA FONTES

Conselho Fiscal - Titular

Funcionário do Banco do Brasil desde 1983. Tomou posse em Ubaitaba (BA) e trabalhou em Ibirapitanga (BA), CESEC Salvador, CESEC Mercês, e CESEC Bahia. Foi presidente da AABB de Ubaitaba e Conselheiro da AABB de Salvador. Formado em Arquitetura e Teologia. Delegado Sindical em três gestões. Participa ainda ativamente de movimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na periferia de Salvador (BA).



OSVALDO PETERSEN FILHO
Conselho Fiscal - Titular

Gaúcho de Rio Grande (RS), aposentado desde 1993. Possui formação em Direito e Administração. Foi Gerente Adjunto na Agências de Tangará (SC) e Alegrete (RS) e chefe dos CESEC de Santo Ângelo (RS), Bairro Anchieta e Sete de Setembro - Porto Alegre (RS). Como representante dos CESEC, participou do GT do PCS em 1989/90. Em 1993 foi o candidato mais votado no primeiro turno das eleições do GAREF no RS e foi eleito Diretor Estadual da ANABB - RS, tendo sido reeleito em 1995 e 1998. Está em seu terceiro mandato. É Conselheiro do CIN - Clube de Investimento dos Funcionários do BB e representa a ANABB no Grupo de Apoio dos Usuários da CASSI - RS. É Diretor Nacional de Comunicação e Presidente do Conselho Consultivo da Escola de País do Brasil, movimento voluntário que atua na área da família e do qual é o Coordenador no Rio Grande do Sul.



SILVIA MARIA PARDINI DE BONIS
Conselho Fiscal - Titular

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, cursando MBA - Recursos Humanos na FIA-SP. Tomou posse na São Paulo - Centro (SP) onde trabalhou na Gerência de Serviços e Contabilidade, no setor de Auditoria Interna e na CACEX. Exerceu vários cargos comissionados, entre os quais Gerente de Contas, especializada em Seguridade (Brasil-PREV). Foi colaboradora na EX-COTEC na Área de Planejamento e é instrutora da GEDEP (EX-DESED) na Área Comportamental e de Administração. Tem 19 anos de Banco e é Gerente de Treinamento e Desenvolvimento da UFRH - CEFOR (SP).



CARLOS ROSALVO DE OLIVEIRA SERRANO
Conselho Fiscal - Suplente

Funcionário aposentado com 33 anos de serviços prestados ao Banco. Bacharel em Ciências Contábeis e Advogado. Exerceu os seguintes cargos: Subgerente Adjunto Ribeirão Preto (SP), Gerente Adjunto Ag. Centro Natal (RN), Gerente Adjunto Ag. Centro São Paulo (SP), Inspetor sediado em São Paulo (SP), Auditor sediado em Natal (RN). Foi fundador do Satelcentro (SP). Exerce atualmente as seguintes atividades: Presidente da AFABB (RN), Vice-Presidente da AABB Natal (RN), para Assuntos de Aposentados, Coordenador do Conselho Consultivo de Saúde de usuários da CASSI (RN), Conselheiro Deliberativo da ANABB, Conselheiro Fiscal Suplente da PREVI, Delegado da COOPERFORTE RN/AL, Presidente da Fundação Cultural Padre João Maria - Natal (RN), realiza trabalho voluntário como Vice-Presidente do Abrigo Juvino Barreto, asilo de idosos carentes.



PASCHOAL VERGA JUNIOR
Conselho Fiscal - Suplente

41 anos, possui curso superior na área de Administração de Empresas com especialização em Marketing, funcionário do Banco do Brasil desde 20.12.79. Dirigente Sindical pelo SEEB Piracicaba, fundador e atual Presidente da Cooperativa de apoio à Educação e Cultura de Cerquilha - Organização não Governamental voltada ao ensino público, Presidente do Conselho Municipal de Educação de sua cidade. Envolvido nas questões sociais voltadas à Educação, tendo-a como prioridade das prioridades para seu país. Acredita que a partir das pessoas, tudo se torna possível.



SONIA DIAS VALENTE
Conselho Fiscal - Suplente

Tomou posse no BB em 1975. É formada em Ciências Sociais. Trabalhou em agências no Rio de Janeiro, e atualmente é gerente de expediente da Ag. Comércio Internacional-RJ. Participou ativamente dos movimentos de defesa do funcionalismo e do BB.

e Confiança

POR QUE FORÇA E CONFIANÇA ?

Ao longo de sua história, os colegas criaram várias entidades para resolverem, cada qual, uma questão: dentre outras, os sindicatos, que se responsabilizam pela defesa dos nossos salários e das condições de trabalho; as AABB, para organizarem o lazer e as atividades sócio-culturais e esportivas; em um tempo de mercado muito difícil, as Cooperativas de Consumo, para garantir o abastecimento de gêneros de primeira necessidade e outros; a Cassi, para melhorar o atendimento à saúde; as entidades de aposentados, para encaminhar questões gerais e específicas dos aposentados; a ANABB, para a defesa institucional do Banco do Brasil; e, mais recentemente a APABB, para lutar pela inclusão do portador de deficiências na sociedade.

Dada a insuficiência da previdência oficial, criaram a Previ para receber as contribuições, do Banco e dos colegas, administrá-las com eficiência e responsabilidade e pagar a complementação das aposentadorias e pensões.

A Previ administra os recursos que são suficientes para o pagamento das responsabilidades que assumiu, de complementação de aposentadorias e pensões. E, regra geral, sempre foi administrada com responsabilidade e competência. Nunca se deixou arastar, até hoje, para aventuras político-partidárias, para confrontos estéreis, com o Banco ou com o Governo.

Por isso, além de pagar os benefícios sob sua responsabilidade, a Previ ainda é capaz de proporcionar empréstimos simples, aos juros mais baixos existentes, e, até há pouco tempo, financiamentos imobiliários. Ao todo, a Previ tinha um saldo de empréstimos aos associados, em 31 de dezembro passado, um total de R\$ 3,6 bilhões, valor superior à metade do patrimônio dos segundo e terceiro maiores fundos de pensão, Funcef e Petros.

Para garantir o cumprimento de suas responsabilidades e para ter condições para proporcionar esses benefícios adicionais aos associados, a Previ tem que ter FORÇA.

Os associados da Previ, para desfrutarem ou aguardarem com tranquilidade sua aposentadoria, ou para terem certeza de que, no caso de sua falta, os dependentes estarão amparados, precisam ter CONFIANÇA nessa FORÇA.

E é isso o que está em jogo neste momento. A Previ precisa ter continuidade. Não pode sair para aventuras, para objetivos estranhos àqueles para os quais foi criada. A proposta da Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA não é dos integrantes de uma chapa. É extraída da melhor tradição do funcionalismo do BB, que sempre foi aberta, generosa, progressista e verdadeira.

DE 15 A 23 DE MAIO, VOTE PELA PREVI, VOTE CHAPA 7 - FORÇA E CONFIANÇA.

Gestão da PREVI

O novo Estatuto, aprovado em 1997, ampliou a participação dos representantes eleitos pelo corpo social na gestão da PREVI.

Tramitam no Congresso Nacional, propostas de alteração no modelo de gestão dos fundos de pensão. A **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA**, cujos integrantes, em sua maioria absoluta, trabalharam pela edição do novo Estatuto, se compromete a lutar, por todos os meios, para a permanência dessa conquista, que ampliou aquelas inscritas nos estatutos anteriores:

- O Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, órgãos de administração e fiscalização da PREVI, serão preenchidos EXCLUSIVAMENTE por associados, eleitos pelo Corpo Social ou indicados pelo Banco, mas com absoluta igualdade de direitos entre eles. Permanece a exigência de um mínimo de quinze anos para o Conselho Deliberativo e

Diretoria Executiva e dez anos para o Conselho Fiscal. Não é um princípio ocioso. Por exemplo, a PETROS, atualmente, é administrada por não associados.

Projetos de desenvolvimento

A recessão econômica amplia a cada dia o número de desempregados. A redução da oferta de empregos e o aumento de mão-de-obra disponível provoca a redução dos salários, a diminuição de renda, a queda do consumo, o aumento do desemprego e, fechando o círculo vicioso, o aumento da recessão econômica.

Os funcionários do Banco do Brasil, que vêm piorar a cada dia suas condições de trabalho, sabem que, do lado de fora, a um simples aceno, há pessoas, igualmente preparadas se oferecendo para trabalhar por menos. Da mesma forma, é bem provável que a recessão prejudique ainda mais cada funcionário, pela possibilidade de existência de desempregados na família de cada um.

A **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA** propõe a ação imediata da PREVI, diretamente e através das empresas de que participa para implementar projetos capazes de gerar, em curto tempo, centenas de milhares de empregos, rompendo o círculo vicioso e contribuindo para o combate à recessão econômica.

Para a viabilização desses projetos, mais do que reivindicar, a PREVI tem que ter capacidade e disposição para negociar a participação do Banco do Brasil, das agências de desenvolvimento e de outros fundos de pensão.

Estudos em poder da Diretoria de Participações revelam que, apenas com a recuperação de ferrovias e construção dos projetos Ferronorte, Transnordestina, Ferrovia do Gesso e Hidrovia do São Francisco gerariam, direta e indiretamente, 550 mil empregos. Um exemplo a ser seguido é o da Perdigão, em Rio Verde (GO), que gerou quase 10 mil empregos, e o próprio Banco do Brasil ampliou seus negócios e o número de funcionários na região.

Renda fixa x renda variável

Antes da aceleração do programa de desestatização, a dívida pública interna estava em cerca de 90 bilhões de dólares. Vendidas as estatais, que em tese deveriam reduzir essa dívida, o que se verifica é que ela, ao contrário, ascendeu a mais de 300 bilhões de dólares. Só o pagamento de juros desta dívida já se eleva a mais de 60 bilhões de dólares por ano.

Alguns candidatos à Presidência da República e seus partidos anunciam que a única solução possível é o "alongamento do perfil da dívida", ou seja, calote. A **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA**, defende negociações imediatas para reduzir sua exposição em renda fixa, em troca de investimentos que, com a rentabilidade pretendida e segurança, gerem desenvolvimento e emprego. Não devem ser alienadas participações maduras, seguras e de alta rentabilidade, como foi o caso da venda das ações da Itaúsa.

A história da PREVI é uma trajetória de resistência à política de enquadramentos do Governo e não de submissão a essa política.

CARIM

Negociar com órgãos do Governo a revisão dos limites para financiamentos imobiliários, que foram reduzidos para 7% do patrimônio. Criar Sociedades de Propósitos Específicos, em parceria com entidades de funcionários que trabalhem com crédito, viabilizando a utilização do FGTS pelos mutuários. Estudar outros tipos de financiamento, através de órgãos como Poupex e CEF, que possam proporcionar condições mais favoráveis para os associados, estudando também a possibilidade de reduzir

os atuais saldos devedores para liquidação antecipada com o uso do FGTS para os atuais contratos, o que ampliaria a margem para novos financiamentos.

Benefícios

Redução de contribuições

Com a possibilidade de novos superávits, a **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA** defende estudos visando à redução da contribuição dos associados que pode chegar a zero a partir da aposentadoria. A redução da contribuição naturalmente eleva o valor líquido dos benefícios.

Melhoria dos benefícios das mulheres

A **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA** propõe adequar o benefício das mulheres, compensando o fato de o INSS pagar a elas benefício superior ao que é pago aos homens.

Utilização de superávit

Na ocorrência de superávit, a **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA** propõe estudos para a criação de um programa de assistência social, para atendimento de situações emergenciais vividas pelos associados.

Benefício aos 45 anos

O novo Estatuto permitiu que a PREVI concedesse benefício de complementação aos 50 anos, uma conquista nesses tempos de política de demissões implementada pelo BB. A **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA** defende que os estudos solicitados pelo banco para que essa concessão seja possível aos 45 anos, e sejam feitos preservando-se o equilíbrio atuarial, exigindo-se do BB os recursos financeiros necessários para a implementação desta medida. Deve-se negociar com o BB o impacto que a medida poderá causar à CASSI.

A Previ nas empresas

Com a edição do Regimento Interno em 1993, que limitou o poder imperial concedido ao Presidente da PREVI pelo estatuto anterior, a indicação de representantes nas empresas passou a ser prerrogativa da Diretoria da Previ. Com a ampliação da participação da PREVI e o conseqüente aumento do número de conselheiros, foi necessário, em 1994, estabelecer critérios para a indicação, que orientassem a decisão da Diretoria. Essas diretrizes, como os associados puderam acompanhar pelos Boletins Previ e até no Jornal Ação, da ANABB, vêm sendo modificadas no decorrer do tempo. Com a criação da Diretoria de Participações, a partir de 24.12.97, várias medidas foram tomadas no sentido de dar maior transparência aos critérios de seleção dos conselheiros representantes da PREVI nas empresas de que participa, amplamente divulgado no encarte do Boletim PREVI de junho/99, base para as indicações pela Diretoria Executiva e deliberações do Conselho Deliberativo.

As primeiras diretrizes estabeleciam que os cargos deveriam ser ocupados apenas por associados aposentados. Posteriormente, em casos excepcionais, de empresas recém-adquiridas, em reestruturação ou de setores a serem reestruturados, foi admitida a indicação de Diretores e Conselheiros da PREVI, para preservar a coerência de decisões e, nos limites legais, evitar destruição de valor entre elas. Em todos os casos, a PREVI indica cada representante para apenas um cargo remunerado.

O que deve ficar claro é que a prerrogativa de indicar representantes é da própria PREVI, dentro de critérios estabelecidos por ela. E essa indicação não pode ser utilizada como complementação salarial. A remuneração do conselheiro é a compensação obrigatória pelo trabalho e pela responsabilidade do cargo, prevista na Lei das S.A..

A PREVI deve indicar representantes porque não basta competência e profissionalismo mas, sobre-

tudo, lealdade, pois o mercado nunca foi e nem é o reino de legalidade e de transparência, a dano, sempre, dos acionistas minoritários, que não dispõem de voz e voto para defender seus interesses. A **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA** defende o constante aperfeiçoamento desses critérios na melhor defesa dos interesses da PREVI.

Fundo Multipatrocinado

No Brasil, quando se fala em fundo de pensão, o exemplo positivo sempre é a PREVI. Maior fundo de pensão da América Latina, um dos maiores do mundo, a PREVI se destaca por sua participação em empreendimentos vitoriosos.

No momento em que, apressadamente, alguns diretores falam em se desfazer de posições acionárias, aceitando passivamente a redução do papel do Banco do Brasil em um país onde tudo está por construir, a **Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA** propõe estudos para que a PREVI institua fundos multipatrocinados, com separação entre as várias contas, reduzindo drasticamente os próprios custos com a utilização da marca PREVI-BB, de alto respeito e credibilidade no mercado. O princípio é, complementação de benefícios para todos os assalariados.

Ao invés de reduzir suas participações, a PREVI ampliaria em muito seu papel, não apenas nesse mercado previdenciário, mas como fator relevante para o desenvolvimento do país.

Privatização

Em 1986 e 1987, nas gestões Funaro e Bresser no Ministério da Fazenda, os fundos de pensão foram obrigados a fazer investimentos compulsórios, adquirindo títulos que depois ficaram conhecidos como "moedas podres".

À época, a PREVI teve que aplicar o equivalente a 650 milhões de dólares, um terço de seu patrimônio, nesses títulos que só teriam valor nos leilões de privatização.

Quatro anos depois, às vésperas do primeiro leilão, o da USIMINAS, o valor investido, a preço de mercado, não equivalia a mais do que 155 milhões de dólares.

Embora tivessem sérias reservas quanto à filosofia e processos adotados na privatização, os diretores eleitos da PREVI decidiram participar, para que o patrimônio dos colegas não fosse duramente prejudicado.

O movimento sindical, controlado por partidos políticos contrários à privatização, desfechou duros ataques contra os diretores da PREVI, acusando-os de coonestar o programa de desestatização.

Mas seis, sete anos depois, a parte menos raiosa do movimento, concluiu que, se a PREVI participasse ou não, as estatais teriam sido privatizadas. Só que com um grau muito maior de desnacionalização, com muito menos respeito para com o pessoal que foi dispensado e conseqüente com perdas de direito. Se os diretores eleitos houvessem cedido às pressões de partidos políticos ou de um movimento sindical partidário, o prejuízo da PREVI seria incalculável, bem como o do interesse nacional.

A Chapa 7 FORÇA E CONFIANÇA, fiel à tradição do funcionalismo do Banco do Brasil é pelo pluralismo e se opõe a qualquer tipo de sectarização e de partidização das entidades. E não admite, sob nenhuma hipótese, que as decisões da PREVI sejam tomadas fora dela, no âmbito dos partidos políticos, nem instrumentalizá-la para confrontos, contra o Banco ou contra o Governo. Seria a sua perdição.

O Voto é direito seu

Escolher os dirigentes da PREVI é um direito seu, funcionário em atividade ou aposentado. Nas eleições que ocorrerem de 15 a 23 de maio será possível votar pelos terminais de auto-atendimento, nas agências do Banco do Brasil e pelo Sisbb. Na votação, deve ser utilizada a senha de oito dígitos, a mesma usada na consulta do Relatório PREVI e nas eleições da CASSI.

A fim de proporcionar maiores opções e facilidades para

a participação de todos, a PREVI manteve entendimentos com o Banco do Brasil para possibilitar a votação por telefone, via atendimento automático. Será utilizada a URA (Unidade de Resposta Audível) do Banco. Então, não esqueça: todos os participantes podem votar sem sair de casa. Basta ligar 0800-564004. A possibilidade de todos votarem por telefone é uma iniciativa pioneira que beneficiará, principalmente, os colegas aposentados.

0800-564004

Você liga e vota

96 anos de compromissos

Em 16 de abril de 1904 nascia um sonho: um grupo de 51 funcionários do Banco do Brasil queria garantir o pagamento de pensão a seus herdeiros. O tempo passou, o sonho cresceu e se transformou na PREVI. É com muito orgulho que completamos 96 anos. Afinal, são poucas as instituições em nosso País que conseguem ter a honra de comemorar 96 anos de vida. Mais que isso, são 96 anos cumprindo os compromissos assumidos com os associados e com o Brasil.



Relatório PREVI 1999 é Aprovado

A participação dos associados tem sido fundamental para o crescimento e o sucesso da PREVI. Debates, reflexões e, principalmente, apoio como o que agora recebemos com a aprovação do Relatório são muito importantes para a Instituição e gratificantes para nós que diretamente trabalhamos na construção da PREVI.

Assim, a Diretoria louva e agradece a postura ativa que adotaram todos os votantes no processo de consulta ao Corpo Social, a propósito das atividades e contas de 1999. Gostaríamos de expressar também nossos agradecimentos às entidades do funcionalismo, sindicatos, adminis-

tradores do Banco do Brasil e a todos aqueles que ajudaram a mobilizar os associados a participar desse importante momento da nossa PREVI. Muito Obrigado.

Diretoria da PREVI

	VOTOS	%
SIM	39.453	62,15
NÃO	9.798	15,43
BRANCOS/ NULOS	14.238	22,42
TOTAL DE VOTANTES	63.489	100,00

Total de participantes com direito a voto: 116.826



Cintya Brito

Casa Nova

A PREVI está de casa nova. Agora o endereço da Instituição é Praia de Botafogo 501 - Botafogo - Rio de Janeiro (RJ) - CEP 22250-040. A PREVI ocupa os 3º e 4º andares do prédio.

O novo telefone é (21) 870-1000. Já o telefone da Central de Atendimento continua o mesmo: 0800-210505.